SEGURANÇA ALIMENTAR E SUAS CARACTERÍSTICAS: UMA ANÁLISE ENTRE AS REGIÕES BRASILEIRAS

Franciele Mainardes da Silva (BIC/Fundação Araucária/UEPG), Augusta Pelinski Raiher (Orientadora), e-mail: apelinski@gmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Economia

Área e subárea: 60308001

Palavras-chave: Segurança alimentar, Pobreza, Gênero, Escolaridade.

Resumo

Este trabalho analisou a (in)segurança alimentar no Brasil, identificando os fatores associados a ela. Para tanto, usou-se a base de dados da pesquisa suplementar sobre segurança alimentar da PNAD-2013, utilizando a metodologia da EBIA para classificar os domicílios em: segurança alimentar; insegurança alimentar leve, moderada ou grave. Os resultados indicaram que a incidência maior da insegurança alimentar se deu nos domicílios chefiados por mulheres, nos de raça indígenas, preto e parda, nos que tinham baixa escolaridade, maior número de integrantes familiares, naqueles domicílios cuja inserção no mercado formal era limitado e especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Introdução

SAN é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, respeitando a diversidade cultural, além de serem social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Assim, o objetivo da SAN é combater a insegurança alimentar que tem como principais consequências a fome e a desnutrição.

Já a insegurança alimentar pode ser definida, segundo Souza (2004), como a limitação ou a incerteza de se ter acesso a alimentos adequados, em qualidade e quantidade suficientes, sem que essa restrição possa, necessariamente, atingir as condições biológicas dos indivíduos. Segundo a ONU (2017), o número de pessoas sofrendo de insegurança alimentar severa está aumentando no mundo, são 108 milhões nessa condição, contra 80 milhões em 2015. Além disso, a fome impede o aumento da produtividade do trabalho, dada a pouca capacidade física do trabalhador e, a partir daí, o desenvolvimento econômico é obstruído, acarretando baixos salários, menos riqueza e, assim, num movimento circular, aumentando a fome. Visto que populações mal alimentadas tendem a desenvolver doenças e má formação corpórea (empecilhos fisiológicos ao trabalho) já nos primeiros estágios de vida, além de proporcionar baixo rendimento escolar, comprometendo o desempenho futuro do capital humano das nações envolvidas.

A identificação dos fatores que colaboram para a segurança alimentar se faz necessário para melhor focalização de políticas públicas que visam combater a insegurança alimentar no país, apontando as direções e a importância das características socioeconômicas sobre esse fenômeno (COSTA et al., 2014).

Neste contexto é que se justifica este trabalho, visando analisar a segurança alimentar entre os brasileiros, identificando as características principais dos agentes que se enquadram em insegurança alimentar no ano de 2013. De forma mais precisa, visa-se identificar a parcela da população que se enquadra em insegurança alimentar, classificando por raça, gênero, escolaridade, região, pobreza e trabalho; analisar as principais características da população inserida na condição de insegurança alimentar versus as que não estão inseridas.

Materiais e Métodos

Os dados utilizados nesta pesquisa correspondem às informações da PNAD de 2013. A mensuração da (in)segurança alimentar foi feita através da metodologia da EBIA, elaborada pelo IBGE, com base em 15 perguntas fechadas, com respostas "sim" ou "não" sobre a experiência nos últimos três meses de insuficiências alimentar em seu diversos níveis de intensidade, podendo ir desde a apreensão de que a comida possa vir a faltar até a vivência de passar um dia inteiro sem comer (OLIVEIRA et al., 2009).
Cada resposta afirmativa do questionário equivale a um ponto, variando a contagem de 0 a 15 pontos. No nível de segurança, todas as perguntas são respondidas negativamente, tendo zero de respostas positivas. Na insegurança leve, de uma a cinco perguntas são respondidas afirmativamente; neste nível o aspecto mais afetado é a qualidade da alimentação e a preocupação de que possa faltar alimento no futuro próximo. Na insegurança moderada, seis a dez respostas positivas, havendo restrição quantitativa na alimentação dos adultos da família. Por fim, na insegurança grave, tem-se onze a quinze respostas afirmativas, focando na deficiência quantitativa e mesmo fome entre adultos e crianças da família. Cada pergunta central é seguida de uma pergunta sobre a frequência com que o evento afirmativo ocorre (SEGALL-CORRÊA, 2007; OLIVEIRA, 2009).
Os dados foram separados entre domicílios inseridos na condição de segurança alimentar versus os que estão na insegurança alimentar (leve, moderada e grave). Na sequência, se analisou as diferenças entre esses dois grupos segundo a raça, gênero, escolaridade, região, pobreza e trabalho.

Resultados e Discussão

A segurança alimentar é entendida como a condição de acesso aos alimentos básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Garantir a SAN é um objetivo indispensável para o desenvolvimento humano, já que a ausência dela gera consequências para a saúde e o bem estar dos indivíduos.
No caso do Brasil, a tabela 1 apresenta o quadro comparativo de segurança alimentar para os domicílios no ano de 2013. Observa-se que 77,4% estavam em segurança alimentar, estando 22% dos domicílios com alguma privação alimentar, sendo que 3,2% estavam em insegurança alimentar grave. Portanto, se tinha uma parcela importante da população brasileira vivendo ainda em situação de fragilidade social.
A análise de segurança alimentar segundo o gênero (tabela 2) indica que domicílios chefiados por homens (79,1%) apresentavam proporção maior de segurança alimentar que os das mulheres (74,6%).

Tabela 1 – Percentual de domicílios na Segurança/Insegurança alimentar – Brasil - 2013

Segurança alimentar (%)	**Insegurança alimentar (%)**		
	Leve	**Moderada**	**Grave**
77,4	14,8	4,6	3,2

Fonte: Resultado da pesquisa

Tabela 2 – Percentual de domicílios na Segurança/Insegurança alimentar, segundo o gênero – Brasil 2013

Pessoas em situação de:	**Gênero (%)**	
	Feminino	**Masculino**
Segurança alimentar	74,6	79,1
Insegurança alimentar	25,4	20,9
Leve	16,1	14
Moderada	5,4	4,1
Grave	3,9	2,8

Fonte: Resultado da pesquisa

Na tabela 3 tem-se a situação de segurança alimentar segundo a raça/ cor. Como é possível observar cerca de 30,7% da população que se autodeclarou de cor/ raça preta, passou por algum tipo de insegurança alimentar. Dos que se autodeclararam da cor/raça branca apenas 14,5% estavam em algum grau de insegurança alimentar. Ressalta-se que entre os descendentes da raça indígena, 9,4% sofreu com insegurança alimentar moderada e 8,9% a grave.

Tabela 3 – Percentual de domicílios na Segurança/Insegurança alimentar, segundo a raça – Brasil - 2013

Pessoas em situação de:	**Raça (%)**				
	Branca	**Preta**	**Amarela**	**Parda**	**Indígena**
Segurança alimentar	85,5	69,3	85,9	70,4	60,9
Insegurança alimentar	14,5	30,7	14,1	29,6	39,1
Leve	10,3	18,6	9,2	18,8	20,9
Moderada	2,4	6,9	3,2	6,4	9,4
Grave	1,7	5,2	1,7	4,4	8,9

Fonte: Resultado da pesquisa

Ao analisar a escolaridade, verifica-se que quando maior o nível de escolaridade dos indivíduos, menor é a prevalência de insegurança alimentar. Nos domicílios em situação de segurança alimentar, a escolaridade média era de 8,2 anos. Já para os domicílios que sofrem de insegurança alimentar a escolaridade média era de 5,7 anos, conforme mostra a tabela 4.

Tabela 4 – Valores médios da escolaridade, tamanho da família e renda per capita para os domicílios na Segurança/Insegurança alimentar – Brasil -2013

Domicílios em situação de:	**Escolaridade**	**Nº de pessoas por domicílios**	**Renda *per capita***
Segurança alimentar	8,2	3,4	1119,28
Insegurança alimentar	5,7	4,2	373,38
Leve	6,4	4,0	475,79
Moderada	5,6	4,1	354,68
Grave	5,1	4,4	289,68

Fonte: Resultado da pesquisa

Conclusões

De maneira geral, observou que os domicílios chefiados por mulheres, nos que a pessoa de referência se autodeclarou de raça indígena, preto ou parda, nos que o nível de escolaridade é menor, que tem maior número de integrantes familiar, naqueles domicílios que a inserção no mercado formal é mais limitada e especialmente os que estão nas regiões Norte e Nordeste, apresentam uma maior probabilidade de insegurança alimentar.

Agradecimentos

À minha orientadora Dra. Augusta Pelinski Raiher pelos ensinamentos e pela paciência durante a elaboração deste trabalho. Obrigada pela ajuda e pelo exemplo profissional. À Fundação Araucária, pelo financiamento da pesquisa.

.

Referências

COSTA, L.V.; SILVA, M. M. C.; BRAGA, M. J.; LÍRIO, V. S.; Fatores associados à segurança alimentar nos domicílios brasileiro em 2009. Economia e Sociedade, Campinas, v. 23, n.2(51), p.373-394, ago, 2014.

OLIVEIRA J. S.; LIRA, P. I. C.; VERAS, I. C. L. MAIA, S. R.; LEMOS, M. C. C.; ANDRADE, S. L. L. S.; VIANA JUNIOR M. J.; PINTO, F. C. L.; LEAL, V. S, BATISTA FILHO, M. Estado nutricional e insegurança alimentar de adolescentes e adultos em duas localidades de baixo índice de desenvolvimento humano. Rev Nutr, 2009.

SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. Estudos Avançados, 2007.

SOUZA, L. M. Fatores associados à insegurança alimentar nos domicílios da Região Nordeste do Brasil, 2004. [Tese] Belo Horizonte, MG - UFMG/Cedeplar, 2009.